

EQUIPA EDITORIAL | EDITORIAL TEAM

DIRETORA PRINCIPAL | GENERAL EDITOR

Carmen Soares, Universidade de Coimbra, Portugal

DIRETORA ADJUNTA | ASSOCIATE EDITOR

Paula Barata Dias, Universidade de Coimbra, Portugal

COORDENADORES CIENTÍFICOS | SCIENTIFIC EDITORS - VOL. II (2025)

Maria Helena da Cruz Coelho, Universidade de Coimbra, Portugal

José Luís Brandão, Universidade de Coimbra, Portugal

COMISSÃO CIENTÍFICA | EDITORIAL BOARD

Ana Isabel Buescu, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Andrew Dalby, Investigador Independente, Reino Unido

Anny Jaqueline Silveira, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Carlos Costa, Universidade de Aveiro, Portugal

Cilene Ribeiro, Pontifícia Universidade do Paraná, Brasil

Claudete Oliveira Moreira, Universidade de Coimbra, Portugal

Delfim Ferreira Leão, Universidade de Coimbra, Portugal

Eliane Abrahão Morelli, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, Universidade Católica Portuguesa – Porto, Portugal

Inês de Ornellas e Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Irene Vaquinhas, Universidade de Coimbra, Portugal

Isabel Drumond Braga, Universidade de Lisboa, Portugal

Jean-Pierre Poulain, Université de Toulouse, França

Jesus Contreras, Universidad de Barcelona, Espanha

John Wilkins, University of Exeter, Reino Unido

José Augusto Bernardes, Universidade de Coimbra, Portugal

José Luís Brandão, Universidade de Coimbra, Portugal

José Manuel Sobral, Universidade de Lisboa, Portugal

José Newton Meneses, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Laurence Totelin, University of Cardiff, Reino Unido

Maria Cecília Amorim Pilla, Pontifícia Universidade do Paraná, Brasil

Maria Helena da Cruz Coelho, Universidade de Coimbra, Portugal

Maria José Azevedo Santos, Universidade de Coimbra, Portugal

Massimo Montanari, Università degli Studi di Bologna, Itália

Patrícia Merlo, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Peter Scholliers, Vrije Universiteit Brussel, Bélgica

Ricardo Bonacho, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Portugal

S. Douglas Olson, University of Minnesota, Estados Unidos da América

Stefano Magagnoli, Università di Parma, Itália

Valdecir Ferri, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Virginie Amilien, Oslo Metropolitan University, Canadá

Wanessa Asfora, CECH-Universidade de Coimbra, Portugal

Xavier Medina, Universitat Oberta de Catalunya, Espanha

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Rua da Ilha, 1 - 3000-214 Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

DESIGN

Mickael Silva

ISSN DIGITAL

2976-0232

DOI

https://doi.org/10.14195/2976-0232_2

PERIODICIDADE

Fluxo Contínuo

<https://impactum-journals.uc.pt/diaita>

PROPRIEDADE • CONTACTOS • SEDE DE REDAÇÃO

Gabinete de Apoio a Projetos e Centros de Investigação. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Largo da Porta Férrea • 3004-530 Coimbra (Portugal)

Telef. 239 859984 • gapci2@fl.uc.pt

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



**CENTRO DE ESTUDOS
CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

Unidade de I+D+I financiada por **fct** Fundação para a Ciência e a Tecnologia UIDB/00196/2025 UIDP/00196/2025 Criado em 1967

Publicação financiado com Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00196/2025/

Publication financed by National Funds through FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the project UIDB/00196/2025/

© Fevereiro 2025. Imprensa da Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

O TABULEIRO COMO EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIAS DAS NEGRAS QUITANDEIRAS NO BRASIL (SÉCULO XIX): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

THE “TABULEIRO” AS AN EXPRESSION OF RESISTANCE OF BLACK “QUITANDEIRAS” IN BRAZIL (19TH CENTURY): A BIBLIOGRAPHICAL REVIEW

MARIANA THAIS MEGEL

Universidade Federal do Paraná

megelmariana@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0003-3931-6336>

RESUMO

Quitandeiras eram chamadas as mulheres africanas e afro-brasileiras, escravizadas, escravizadas ao ganho, libertas e livres, que incorporaram a venda de gêneros alimentícios diversos como ofício no Brasil oitocentista. Estando inseridas em um sistema-mundo organizado a partir de ideais brancos e racializantes, este exercício significou uma possibilidade de resistir ao racismo, ao abuso e a exploração vivenciados por essas mulheres. Assim, com o objetivo de apresentar as expressões de resistências socio-culturais, intelectuais, políticas e alimentares exercidas pelas quitandeiras do Rio de Janeiro do século XIX, dois títulos são objetos desta revisão bibliográfica. Primeiro, a dissertação *Das kitandas de Luanda aos tabuleiros das Terras de São Sebastião: conflito em torno do comércio das quitandeiras negras no Rio de Janeiro do século XIX*, do mestre em Planejamento Urbano e Regional Fernando Vieira de Freitas; e, segundo, a tese *Um pé na cozi-*

nha': uma análise sócio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil, da doutora em Sociologia Taís de Sant'Anna Machado. Por fim, para que a colonialidade seja questionada e não reproduzida nesta revisão, a decolonialidade e o questionamento da branquitude abarcam os pressupostos teóricos desta pesquisa, além da história social da alimentação.

PALAVRAS-CHAVE:

Alimentação, branquitude, quitandeiras, resistência alimentar.

ABSTRACT

“Quitandeiras” were called the African and African-Brazilian women, enslaved, freed enslaved and free, who incorporated selling several foodstuffs as a craft in nineteenth-century Brazil. Being inserted in a world-system based on white and racializing ideals, the exercise of selling foodstuffs meant a possibility of resistance to the racism, abuse and exploitation experienced by these women. In this way, with the objective of presenting the expressions of sociocultural, intellectual, political and food resistance exercised by the “quitandeiras” of the Rio de Janeiro in the 19th century, two titles are the objects of this bibliographical review. First, the MA Dissertation “*Das kitandas de Luanda aos tabuleiros das Terras de São Sebastião: conflito em torno do comércio das quitandeiras negras no Rio de Janeiro do século XIX*”, by master of Urban and Regional Planning Fernando Vieira de Freitas; and, finally, the PhD Dissertation “*Um pé na cozinha': uma análise sócio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil*”, by doctor of Sociology Taís de Sant'Anna Machado. In order to ensure that coloniality is questioned and not reproduced in this review, decoloniality and the questioning of whiteness encompass the theoretical presuppositions used, besides the food social history.

KEYWORDS:

Brazilian food, food resistance, quitandeiras, whiteness.

Introdução

No Brasil do século XIX, a venda de gêneros alimentícios diversos era desempenhada, em larga medida, por mulheres africanas e afro-brasileiras, elas

que poderiam ser referidas a partir de diferentes substantivos, tais como quitandeiras, vendedoras de rua e negras do tabuleiro. Essas mulheres exerciam suas vendas em diferentes arranjos de trabalho, compreendendo o uso de tabuleiros, cestos, tendas ou barracas para a mercancia ambulante ou estacionária nas cidades. Com isso, a partir de uma revisão bibliográfica que se embasa no questionamento da colonialidade e da branquitude, dois títulos que analisam um reflexo do cotidiano destas mulheres serão explorados. Dessa forma, este artigo tem por objetivo delinear e exemplificar expressões de resistências socioculturais, políticas, intelectuais e alimentares exercidas pelas quitandeiras na sociedade carioca oitocentista a partir de trabalhos que refutam as premissas do colonialismo.

Para isso, é importante assumir que os trânsitos transatlânticos¹ iniciados no século XVI foram fomentados junto à colonização portuguesa das Américas e das Áfricas e ao sequestro de homens e mulheres durante a diáspora africana que, para além de um movimento humano forçado, desencadeou transposições e transformações identitárias e culturais tanto nas Américas quanto no continente africano.

A diáspora africana enquanto conceito surgiu somente no século XX, com George Shepperson, a fim de sintetizar que a dispersão do povo africano se deu a partir de sua escravização no ocidente². Depois, o Instituto de Estudos da Diáspora Africana da Howard University ampliou as pesquisas relacionadas a este movimento junto a inúmeros intelectuais da área, cabendo menção a Eric Williams, que demonstrou a influência econômica da escravização de pessoas para o benefício de uma economia colonial³. Contudo, conforme já mencionado, a diáspora não diz respeito apenas a subalternização de homens e mulheres, mas também aos processos de resistências desses sujeitos frente ao sistema que os oprimiu.

Logo, o espaço e a temporalidade desta pesquisa se dão no Rio de Janeiro do século XIX, especialmente entre 1800 e 1888, e, para uma compreensão mais apurada deste cenário, os variados arranjos governamentais que o Brasil manteve durante esse século serão brevemente anunciados.

Até 1808, o Brasil ainda era uma colônia de Portugal, contudo, com a fuga da família real portuguesa ao território brasileiro, o país se tornou sede do

1 Armitage 2014.

2 Silva e Xavier 2018.

3 Williams 2012.

reino de Brasil, Portugal e Algarves. Tal conformação seguiu até 1822, quando a independência do Brasil foi firmada em relação a Portugal e a era imperial brasileira iniciou. O período imperial foi dividido entre o primeiro reinado e o segundo reinado, cada qual com suas particularidades que não serão exploradas neste texto. Por fim, em 1889 o Brasil se tornou uma república, a qual perdura até a atualidade. Apesar das variadas conformações políticas e econômicas, o Brasil não abandonou o sistema escravista após a independência. Ele findaria apenas em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, e, por isso, o uso da expressão “Brasil escravista” abarcará neste artigo os primeiros 88 anos do século XIX. Assim, esta revisão não englobará análises sobre o pós-abolição.

Cabe ainda elucidar que as quitandeiras estiveram presentes em diferentes regiões brasileiras entre os séculos XVII e XIX, como Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro, porém, nesta investigação, o último estado contemplará maior enfoque, ainda que não signifique uma baliza geográfica do ofício. Para além, apesar de quitandeiros homens serem mencionados por fontes históricas, um recorte de gênero é aqui estabelecido, voltando à atenção as mulheres quitandeiras, que eram a maioria no ofício.

Tendo isso posto, o colonialismo, pano de fundo desta pesquisa, pode ser compreendido como o processo político e econômico ocorrido eminentemente entre os séculos XVI e XIX, de concentração nas Américas, que visou o controle das sociedades coloniais a partir do subjugamento de sujeitos subalternizados e da tentativa de remodelação destes sujeitos à semelhança das Metrópoles⁴.

Dessa forma, a fim da exposição do protagonismo sociocultural destes sujeitos subalternos⁵ que foram silenciados por séculos de exploração, escravização e racialização, esta investigação busca demonstrar a agência das quitandeiras nas expressões de resistências socioculturais, políticas, intelectuais e alimentares no Brasil escravista a partir do emprego da história social da alimentação e da decolonialidade, questionando a colonialidade e a branquitude eminentes ao período estudado.

Para tanto, com a proposta de uma revisão bibliográfica localizada no Rio de Janeiro do século XIX, através de pesquisa teórica no catálogo virtual de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

4 Tonial et al. 2017.

5 Spivak 2010.

Superior (Capes), duas produções foram escolhidas para serem exploradas em suas profundidades.

A procura no catálogo se deu com o emprego de dois termos, “quitandeiras” e “cozinheiras negras”. No primeiro caso, foram encontrados 10 trabalhos, divididos entre sete dissertações e duas teses. Com isso, a dissertação de mestrado intitulada *Das kitandas de Luanda aos tabuleiros das Terras de São Sebastião: conflito em torno do comércio das quitandeiras negras no Rio de Janeiro do século XIX*, de Fernando Vieira de Freitas, mestre em Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), defendida em 2015, foi englobada a este artigo. A motivação para tal foi o enquadramento geográfico e temporal da pesquisa, que possibilita ainda questionar expressões da colonialidade e da branquitude propostas nesta revisão. Em seu trabalho, Freitas faz uma ponte entre a origem das quitandeiras no continente africano, especialmente na região em que se situa a Angola, até o Brasil, dando enfoque ao Rio de Janeiro, evidenciando os desdobramentos das existências destas mulheres e da venda nos tabuleiros, em meio ao processo de urbanização da cidade carioca.

Quanto à procura pela expressão “cozinheiras negras”, quatro produções foram encontradas, divididas igualmente entre dissertações e teses. Dessa forma, a tese de doutoramento *‘Um pé na cozinha’: uma análise sócio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil*, defendida em 2021, foi definida para completar o aporte de produções destinadas a esta revisão. A autora, Taís de Sant’Anna Machado, doutora em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, sintetiza sua pesquisa como “[...] uma análise social e crítica sobre a história de longa duração do trabalho culinário de mulheres negras no Brasil”⁶ e, apesar das quitandeiras não serem seu enfoque temático exclusivo, a autora perpassa o período colonial brasileiro e o ofício, tratando das agências e resistências de mulheres negras nos oitocentos, motivo pelo qual seu trabalho foi escolhido para abarcar esta revisão.

Tendo o espaço, a temporalidade, o objetivo e a autora e o autor base desta revisão apresentados, um breve roteiro de leitura será realizado. O primeiro tópico deste artigo apresenta, de maneira sucinta, a origem das quitandeiras no Brasil, justificando a necessidade de questionar a colonialidade e a branquitude em estudos nascidos da história social da alimentação através da

6 Machado 2021: 9.

decolonialidade. O segundo tópico é destinado à revisão bibliográfica proposta, discorrendo sobre as quitandeiras e suas expressões de resistências através dos estudos da autora e do autor apresentados e de textos secundários, finalizando a discussão proposta neste trabalho.

A colonialidade e a alimentação brasileira

Pressupondo que o gosto é um princípio cultural⁷ de uma sociedade e que, assim, a comida dialoga com os hábitos, heranças e escolhas de um grupo, a história social da alimentação é o direcionamento para a compreensão das resistências exercidas pelas negras quitandeiras do século XIX no Brasil.

Para uma apresentação mais detalhada destas mulheres, menções da dissertação de Fernando Vieira de Freitas são proveitosas, uma vez que o autor contempla em seu primeiro capítulo uma ponte entre o ofício em África e em Brasil. Segundo Freitas,

Antes de aportar no Brasil, *Kitanda* foi o termo utilizado para denominar os mercados e as feiras da região centro-ocidental da África, especialmente entre os povos de origem *quimbundo*. Era um mercado caracterizado pelo comércio de rua realizado quase exclusivamente por mulheres e que se baseava na venda de legumes, frutas, doces, peixe seco, comida preparada, carnes e outros gêneros primários, além de eventualmente incluírem tecidos, fumo, aguardente e outras miudezas, abastecendo de secos e molhados os aglomerados urbanos.⁸

Conforme delineado pelo autor, as *kitandas* eram plurais, compreendendo a oferta de inúmeros produtos que eram comercializados por mulheres de maneira ambulante ou estacionária. De maneira semelhante, Selma Pantoja, em seus trabalhos sobre as quitandeiras em Angola, destaca a inserção destas mulheres em uma rede de comércio a retalho na cidade de Luanda. Este mercar, segundo a autora, foi conectado às Américas a partir do Atlântico com o “fluir de produtos,

7 Montanari 2008.

8 Freitas 2015: 16.

pessoas e ideias”⁹. Em seguimento ao enfoque do exercício das quitandeiras no continente africano, Freitas se volta as Américas, elucidando que,

Levando em consideração que as identidades étnicas e as práticas culturais dos povos africanos tragados pela escravidão foram reconstruídas/re negociadas nas Américas de acordo com o contexto específico no qual estão inseridas, podemos dizer que a prática da quitanda também sofreu suas modificações no trânsito atlântico. A diáspora forçada dos africanos conformou em terras brasileiras práticas distintas da quitanda que era praticada em Angola ou de outros tipos de comércio de rua existentes na costa ocidental da África e em outras regiões do continente.¹⁰

Como o autor pontua, o ofício sofreu transformações junto ao trânsito oceânico que o conduziu ao Brasil, porém, mesmo com dessemelhanças, foi transplantado para o país. Dessa forma, é possível considerar a venda nos tabuleiros em Brasil enquanto uma objeção frente à tentativa de instauração da concepção sociocultural branca hegemônica nos sujeitos colonizados e escravizados, uma vez que a transposição deste ofício das regiões centrais e ocidentais da África às Américas pode ser compreendida enquanto uma possibilidade de preservação da memória viva dessas mulheres, além de um exercício econômico que poderia possibilitar melhores condições de existência a elas¹¹.

Contudo, vale relembrar que este movimento de transformação e transposição cultural alimentar exercido por então escravizadas, escravizadas ao ganho, libertas e livres em território brasileiro decorreu de expressões de violências intensas que objetivavam subjugar sociedades africanas para a manutenção do sistema capitalista colonial junto ao comércio de pessoas e ao trabalho escravo, fato que contribui para o entendimento da alimentação afro-brasileira enquanto resultante de uma profunda hierarquização de poder na Colônia de Portugal e de um forte retalhamento desta conformação oligárquica a partir de múltiplas resistências.

Tal hierarquização diz respeito às estratificações sociais impostas no período escravista brasileiro e suas manutenções através do que hoje se nomeia

9 Pantoja 2001: 46.

10 Freitas 2015: 36.

11 Machado 2021.

branquitude. Aqui, a concepção da psicóloga e teórica Cida Bento será utilizada para a compreensão da branquitude e do pacto narcísico que a mantém constante até a atualidade. Este pacto, portanto, representa o acordo, ainda que não verbalizado, estabelecido entre homens e mulheres brancos para a manutenção de seus privilégios sociais, políticos e econômicos em detrimento da subjugação de grupos considerados por estes próprios como subalternizados.

Para Bento, quando o “[...] europeu transformou os não europeus em um diferente e, muitas vezes ameaçador, outro”¹² a racialização desse outro foi intensificada, atribuindo características tidas como raciais aqueles e aquelas que não expressavam os fenótipos e as identidades socioculturais considerados a norma ou, em outras palavras, que não representavam a brancura e a organização cultural europeia.

Logo, cabe destacar que esta pesquisa foi exercida concebendo que as expressões de resistências de mulheres negras quitandeiras no Brasil existiram em decorrência da branquitude e do racismo antinegitude, pilares de sustentação do colonialismo.

Conforme já apresentado, o colonialismo pode ser compreendido enquanto o processo de profunda exploração de bens naturais e humanos nas Américas e nas Áfricas, ocorrido entre os séculos XVI e XIX, e que visou o acúmulo de riqueza e de poder às Metrópoles europeias. Tendo isso posto, se faz necessário incluir a colonialidade nesta discussão.

O termo colonialidade foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, teórico de estudos decoloniais, no final do século XX, sendo amplamente difundido por ele e por Walter Dignolo, semiótico argentino, no século XXI. Para Dignolo, a colonialidade é a parte obscura constitutiva da modernidade, uma vez que, segundo o autor, representa os crimes exercidos pela modernidade, como a exploração, a violência e a apropriação das Américas em prol da economia colonial¹³.

Assim, a decolonialidade surge da carência de categorias próprias de estudos sobre colonialismo nas Américas, podendo ser entendida como o questionamento do processo colonizador em um mundo pós-colonial¹⁴, assumindo

12 Bento 2022: 17.

13 Dignolo 2017.

14 Castro-Gomez e Grosfoguel 2007: 13.

que a colonização é um evento inacabado, uma vez que a mentalidade colonial é operante mesmo com o fim da dualidade Colônia e Metrôpole¹⁵.

Cabe mencionar que, neste artigo, a decolonialidade expressa pelo Grupo de Estudos Modernidade/Colonialidade é referenciada. O grupo, iniciado no final dos anos 90, é composto por teóricos plurais, como Walter Mignolo, Ramón Grosfóguel e Aníbal Quijano, e que dividem inquietações sobre as relações de exploração e opressão estabelecidas em sociedades americanas que foram previamente colonizadas¹⁶.

Dessa forma, através da lente decolonial e do questionamento da branquitude, um reflexo da vida das quitandeiras pode ser estabelecido e analisado em sua complexidade. Logo, as exposições desta revisão bibliográfica serão realizadas a seguir.

As negras quitandeiras do Rio de Janeiro oitocentista e suas expressões de resistências

Conforme mencionado anteriormente, dois títulos foram escolhidos para abarcar esta revisão de literatura e, com isso, a exploração de cada um destes textos será realizada a seguir, apresentando com maior profundidade as quitandeiras do Rio de Janeiro oitocentista junto ao diálogo a outras obras que perpassam a temática.

A partir do século XVII e XVIII, as quitandeiras passaram a explorar regiões mais interioranas das cidades brasileiras, não se restringindo, somente, às áreas costeiras de praia e portos, uma vez que a necessidade de abastecimento das cidades com gêneros alimentícios básicos era suprida em grande parte com o comércio das quitandas – vale integrar que por quitandas podem-se compreender os pontos de venda, fixos ou não, das quitandeiras¹⁷, assim como a complexidade dessa mercancia, não reduzindo a quitanda a uma cozinha regional. Com isso, o comércio em tabuleiros – espécies de grandes cestos usados no comércio ambulante ou estacionário – foi consolidado como o principal ofício destas mulheres, inclusive em

15 Schucman 2020.

16 Ballestrin 2013.

17 Machado 2021.

anúncios de negociação de escravizadas¹⁸, como no publicado em 1874 no periódico *A Pátria*,

ALUGA-SE uma preta bôa quitandeira, tanto para hortaliças,
como para doces, no Largo da Memória n.185¹⁹.

Também sobre os deslocamentos urbanos dessas mulheres, Fernando Vieira de Freitas aborda em sua dissertação *Das quitandas de Luanda aos tabuleiros das Terras de São Sebastião: conflito em torno do comércio das quitandeiras negras no Rio de Janeiro do século XIX* os desdobramentos do processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro no comércio de rua realizado por elas. O autor apresenta a relevância e a necessidade da mercancia dessas mulheres para o abastecimento e a alimentação da então capital do Brasil. Porém, com o comércio ambulante, as quitandeiras passaram a circular nos ambientes urbanos do Rio de Janeiro, apropriando-os à sua forma, e tratando-se de uma sociedade escravista e racista, o fato desencadeou conflitos entre as elites brancas sociais, políticas e administrativas da época e as comerciantes²⁰.

Assim, o ofício foi exposto a diversas formas de retaliação durante o período de Oitocentos. Códigos de postura, licenças da Junta Central de Higiene e impostos anuais como o foro são alguns dos exemplos apresentados por Freitas no que concernem as tentativas de represália das quitandeiras, assim como as proibições e retiradas dos locais destinados as suas vendas²¹.

A partir disso, para o autor, essas mulheres desempenharam um papel de resistência contra as imposições das elites coloniais, reiterando que a permanência do ofício significava, também, uma resposta ao racismo, a branquitude e ao sexismo colonial, dado que “[...] a quitanda foi um comércio de mulheres e como tal foi tratada a partir dos estereótipos de gênero e raça cunhados a elas como os de desordeiras, sem papas na língua, barulhentas e sem modos”²².

Esta ocupação das ruas pode ser observada em escritos de viajantes estrangeiros que vinham ao Brasil em missões de identificação do espaço e da

18 Freitas 2015.

19 *A Pátria* 1874: 4.

20 Freitas 2015.

21 Freitas 2015.

22 Freitas 2015: 88.

sociedade brasileira. A partir das impressões desses homens, é possível inferir o atravessamento de seus discursos, que caracterizam de maneira pejorativa a agência de sujeitos afropindorâmicos²³ no Brasil. É exemplo a obra dos missionários norte-americanos Kidder e Fletcher, *O Brasil e os brasileiros: Esboço histórico e descritivo*, publicado primordialmente em 1857.

As quitandeiras são as vendedoras de verduras, laranjas, goiabas, maracujás, ou frutas da “flor da paixão”, mangas, doces, cânas de assucar, brinquedos etc... Elas vendem a sua mercadoria com uma voz vigorosa, e os diferentes pregões com que atraem a atenção do público lembram os de Dublin e Edimburgo. O mesmo tom nasal e alto diapasão podem ser notados em todos eles. As crianças ficam encantadas quando avistam na rua as pretas com o favorito tabuleiro cheio de doces e brinquedos. “Lá vem ela”, a quitandeira, com o seu filhinho africano amarrado nas costas, e o tabuleiro na cabeça, gritando:

‘Chora menina, Chora menino
Papae tem dinheiro bastante
Compra menina, compra menino!’

e, atendendo a esse convite, os meninos e as meninas correm a comprar doces, duplamente açucarados, com evidente destruição de seus dentes e sucos digestivos²⁴.

Notam-se as caracterizações racializadas destes viajantes sobre as vendedoras de rua, estimulando o estereótipo de “tom nasal e alto diapasão” atribuídos a essas comerciantes. Além disso, o trabalho acompanhado de seus filhos e suas filhas pode ser identificado na citação, quando os autores destacam que a quitandeira estava com o seu filho, ainda pequeno, amarrado em suas costas e o tabuleiro apoiado em sua cabeça, uma vez que precisavam realizar seus trabalhos junto deles, por ausência de possibilidades mais seguras de cuidado. O trecho ainda descreve os doces do tabuleiro como excessivamente açucarados,

23 Santos 2015.

24 Kidder e Fletcher 1941: 185-186.

sugerindo que eles ocasionariam a “destruição” dos dentes e do estômago de quem os comesse.

Em um diferente contexto geográfico, o historiador Richard Graham apresenta que em Salvador, entre 1780 e 1860, as quitandeiras exerciam igual importância para o abastecimento da primeira capital brasileira, estabelecendo também ligações com diferentes sujeitos na cidade, já que cabia a vendedora a compra, a negociação, o armazenamento, o preparo e a venda dos produtos que comercializava. Outro ponto de destaque do autor é que, com o comércio ambulante, regiões diversas eram atendidas por esse mercar²⁵.

Quanto ao Rio de Janeiro, no final do século XVIII o ofício das quitandeiras era a maior atividade mercantil da cidade, com 322 registros de mercancia²⁶. Porém, como já destacado, essas comerciantes foram consideradas “[...]” como verdadeira questão urbanística a ser solucionada pela administração pública, seja pela remoção, seja pela regulação²⁷, assim, a disputa pelo acesso e permanência no espaço público urbano permeou as existências das vendedeiras.

Contudo, ainda que na ascensão de políticas higienistas do Brasil do século XIX, as quitandeiras reagiam aos ataques proferidos a elas, como é expresso na carta da quitandeira Mãe Maria, publicada no Diário do Rio de Janeiro, importante veículo de informação da época, em 20 de novembro de 1873. Na carta, assinada por, possivelmente, um pseudônimo, a quitandeira refuta a insinuação de que ela e suas semelhantes fossem as companheiras dos vendedores de panelas da Praça do Mercado, os chamados “panelleiros”, homens que haviam participado de um conflito com oficiais alguns dias antes da carta ser publicada.

Nós também somos gente; por sermos pretas, não pensem que havemos de nos calar. Estão enganados com as minas, somos em grande número e temos, algumas de nós, bem boas patacas. Vamos também fazer nossa revolução, para o que já temos de olho um bom advogado, que não desdenha nossos direitos por causa da cor, e ainda menos nosso coco, que vale tanto como o dos brancos. [...]

25 Graham 2013.

26 Freitas 2015: 66.

27 Freitas 2015: 78.

Somos quitandeiras, temos nisto muita honra. [...] Vamos todas nós fazer também nossa revolução e havemos de mostrar se não prestamos para alguma coisa. [...] Pensam que por sermos negras que não valem nada, todos podem limpar suas mão em cima da gente? Estão enganados. Livrem-se muitos figurões que nos dê o calundu, que mais de quatro tem de se arrepender de bolir com nossa língua. – Mãe Maria, filha de pai João²⁸.

Na mensagem, que apresenta inúmeras camadas, Mãe Maria orgulha-se de ser quitandeira, além de ressaltar que ela e suas semelhantes não desconsideram a possibilidade de uma revolução, como dito explicitamente em “vamos também fazer nossa revolução”, sugerindo o resistir político dessas trabalhadoras. A carta também destaca a ascensão econômica dessas comerciantes quando as “boas patacas” – moedas de prata que circularam no Brasil durante os séculos XVI e XIX – são mencionadas. Logo, estando publicada em um periódico licenciado pela Impressão Régia, é possível inferir a importância social das quitandeiras na sociedade carioca.

Quanto a participação política das comerciantes na sociedade escravista brasileira, outro exemplo é o caso da Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, em Salvador. O valoroso movimento de resistência frente à escravização de pessoas foi integrado por mulheres comerciantes, sendo que 14% do total de homens e mulheres que foram levados a julgamento pelo levante compreendiam vendedoras de rua²⁹. Assim, torna-se evidente o protagonismo político e social das quitandeiras no Brasil oitocentista.

Partindo para a análise da socióloga Taís de Sant’Anna Machado acerca do trabalho de mulheres negras nas cozinhas brasileiras, sua tese de doutorado *‘Um pé na cozinha’: uma análise sócio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil* contribui para a expansão da reflexão sobre as resistências desempenhadas por quitandeiras no Brasil escravista. Ainda que o todo de sua pesquisa não se volte especialmente às comerciantes do Rio de Janeiro, o primeiro capítulo do trabalho desenvolve sobre o período colonial brasileiro e a escravização de mulheres africanas e afro-brasileiras, analisando o trabalho doméstico e

28 *Diário do Rio de Janeiro* 1873 apud Freitas 2016: 204-205.

29 Graham 2013.

de cozinha feito por elas, dividindo-os entre “portas adentro” e “portas afora”. Uma vez que as quitandeiras exerciam seu ofício fora das casas senhoriais, elas estão inseridas na segunda conformação.

Segundo Machado, a rede de conversação estabelecida a partir do comércio das quitandas proporcionou aos negros e as negras da sociedade escravista brasileira a possibilidade de compartilhamento de suas experiências, vivências, revoltas e anseios³⁰. Dessa forma, além de brigarem por seus espaços públicos, as quitandeiras fomentavam, também, a sociabilidade entre esses sujeitos inseridos em uma sociedade que repreendia esta conversação.

Essa sociabilidade é expressa por Henry Chamberlain, tenente da artilharia real do Brasil, que ilustrou cenas cotidianas do Rio de Janeiro entre 1819 e 1820. Além de traçá-las, comentou suas impressões sobre os cenários que observava no compilado *Vistas e costumes da cidade do Rio de Janeiro em 1819-1820*. No livro, Chamberlain destaca a venda de uma quitandeira em sua barraca e a movimentação existente em torno dela, discorrendo que aquele seria “[...] o ponto de reunião dos negros indolentes e tagarelas, vendo-se aqui alguns destes entregues à sua inclinação natural de escutar a conversa dos outros”³¹. As descrições racializadas são presentes na frase, com o uso de adjetivos pejorativos como “indolentes” e “tagarelas” para a caracterização dos homens negros que conversavam ao redor da barraca, contudo, a passagem possibilita inferir a existência de tal rede de conversação.

Machado ressalta ainda que, apesar do ofício propiciar aparentes melhorias nas condições de vida das mulheres negras escravizadas, escravizadas ao ganho, libertas e livres em comparação às trabalhadoras domésticas das casas senhoriais, as quitandeiras sofreram as sequelas de um trabalho exaustivo, que muitas vezes as obrigavam a deixar seus filhos e suas filhas em situações de vulnerabilidade e risco, já que a sobrevivência destas famílias era dependente delas, como observado em

É possível imaginar que a jornada de trabalho de uma cozinheira trabalhando na rua oscilasse entre 14 a 20 horas por dia, entre a compra de insumos para cozinhar, o preparo, o transporte para a venda e a tentativa de conservação dos alimentos, a

30 Machado 2021.

31 Chamberlain 1943: 103.

montagem da estrutura de venda na rua (quando vendiam em um determinado ponto), as estratégias de atração de possíveis clientes, a negociação, a venda em si, o transporte de volta e o recomeço do ciclo de atividades. Além disso, tinham de lidar com possíveis intercorrências, como a fiscalização de autoridades, a obtenção de licenças, as restrições impostas pelos códigos de postura, o cuidado com os filhos que as acompanhavam ou o auxílio a outros filhos que exerciam outras funções na rua³².

Dessa forma, apesar da massiva maioria das fontes oitocentistas não descreverem o cotidiano de exploração e violência e as sequelas perpetuadas nestas mulheres³³, o subjugamento descontrolado de sujeitos específicos aos olhos da branquitude e da colonialidade por mulheres e homens brancos não pode ser esquecida nesta discussão, dado que, além do apresentado na citação acima, essas mulheres ainda estavam expostas a possibilidade de assédios e violências sexuais quando nas ruas³⁴.

Em contrapartida ao racismo, ao abuso e a exploração destinados a elas, as vendedoras poderiam acumular pecúlio para a compra de suas liberdades, tornando-se alforriadas e libertas, ou poderiam arrendar recursos quando já livres para uso próprio ou daqueles e daquelas inseridos em sua rede de cuidado.

Sheila de Castro Faria, em sua tese de professora titular em História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF), investigou inventários post-mortem, testamentos e cartas de alforria, entre outros documentos, para identificar a prosperidade financeira que algumas quitadeiras atingiram em vida. A pesquisa, com recorte temporal de 1700 a 1850, contemplou as cidades de São João DelRey e do Rio de Janeiro, concluindo que existia uma hierarquia econômica e social entre as quitadeiras dessas regiões no período estudado.

As chamadas damas mercadoras³⁵ eram as vendedoras que ascendiam na sociedade brasileira, acumulando bens que eram descritos em seus inventários post-mortem e testamentos, como jóias e objetos de arte. Para além, a autora

32 Machado 2021: 89.

33 Machado 2021.

34 Machado 2021: 90.

35 Faria 2004.

menção que as quitandeiras da “primeira classe” contavam com o auxílio de escravizados e escravizadas no comércio das quitandas, não traduzindo a noção de escravidão exercida por sujeitos brancos sobre os afropindorâmicos, mas sugerindo o poder econômico e social delas na sociedade escravista brasileira. Faria refere ainda a existência de uma rede de cuidado e de aprendizado envolvida no ofício das quitandeiras, onde os conhecimentos necessários para a mercancia eram transpassados entre as gerações de mulheres vendedeiras, inclusive entre as damas mercadoras e suas escravizadas, que muitas vezes eram alforriadas por elas³⁶.

Entretanto, como já salientado por Taís Machado neste texto, cabe lembrar que estas ascensões permearam condições precárias e exaustivas no movimento de resistência e no trabalho dessas comerciantes.

Tendo esta discussão completa, as considerações finais sobre a agência de resistência das quitandeiras na cidade do Rio de Janeiro podem ser realizadas.

Considerações finais

A partir da apresentação dos resultados desta investigação, cabe a exposição de algumas considerações finais sobre essa revisão bibliográfica. Primeiro, o uso da história social da alimentação como pressuposto teórico na análise e compreensão das relações de poder e subalternização estabelecidas entre indivíduos de uma mesma sociedade manifesta as diversas formas de resistências socioculturais, políticas, intelectuais e alimentares destes mesmos.

Além disso, a memória viva alimentar de sujeitos subjugados e subalternizados – no caso desta análise, mulheres escravizadas, escravizadas ao ganho, libertas e livres africanas e afro-brasileiras – pode ser evidenciada, justificando a necessidade de distanciamento de lógicas de análise que partam da perspectiva eurocêntrica de estudos atlânticos, diaspóricos e coloniais, reafirmando a necessidade do uso da decolonialidade e do questionamento da branquitude.

Por fim, algumas das expressões de resistências das negras quitandeiras no Brasil do século XIX podem ser entendidas em suas complexidades, uma vez que a venda nos tabuleiros significou, ainda que com todas as mazelas que a acompanharam, a ocupação e apropriação de espaços públicos urbanos; a possibilidade

36 Faria 2004.

de liberdade e de ascensão econômica; o resgate da memória viva e dos saberes alimentares das *kitandas*; o embate político sobre a sociedade escravista brasileira; e o fomento e a manutenção de redes de conversação entre negros e negras inseridos em uma sociedade racializada.

Bibliografia

- A patria: Folha da Província do Rio de Janeiro* (1874). *Annuncios*. 23ª edição, Rio de Janeiro. Acedido em 20 de dezembro de 2023, em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&Pesq=Quitandeira&pa_gfis=10484.
- Armitage, D. (2014). Três conceitos de história atlântica. Tradução de Juliana Jardim de Oliveira. *Revista História Unisinos*, 18: 206-217. Acedido em 31 de março de 2024, em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/7035/4260>.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11: 89-117. Acedido em 02 de julho de 2024, em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/abstract/?lang=pt>.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. 1ª edição, São Paulo. Companhia das Letras.
- Castro-Gomez, S. & Grosfoguel, R. (2007). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá. Siglo del Hombre Editores.
- Chamberlain, H. (1943). *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*. Tradução de Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro. Livraria Kosmos Editora.
- Faria, S. de C. (2004). *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese de Professora Titular em História do Brasil. Niterói, Departamento de História - Universidade Federal Fluminense, 278 pp.
- Freitas, F. V. de (2015). *Das kitandas de Luanda aos tabuleiros das Terras de São Sebastião: conflito em torno do comércio das quitandeiras negras no Rio de Janeiro do século XIX*. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 123 pp. Acedido em 21 de junho de 2023, em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/858668.pdf>.
- Graham, R. (2013). *Alimentar a cidade: Das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo. Companhia das Letras.
- Kidder, D. P. & Fletcher, J. C. (1941). *O Brasil e os brasileiros: Esboço histórico e descritivo*. Tradução de Elias Dolianiti. Brasil. Companhia Editora Nacional.
- Machado, T. de S. (2021). *“Um pé na cozinha”: uma análise sócio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia. Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília, Brasília, 305 pp. Acedido em 21 de junho de 2023, em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42205>.

- Mignolo, W. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32. Acedido em 02 de julho de 2024 em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVtk/abstract/?lang=pt>.
- Montanari, M. (2008). *Comida como cultura*. Tradução de Leticia Martins de Andrade. São Paulo. Editora Senac.
- Pantoja, S. (2001). A dimensão atlântica das quitandeiras. In J. F. Furtado (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte. Editora UFMG.
- Tonial, F. A. L., Maheirie, K. & Garcia Jr., C. A. S. (2017). A resistência à colonialidade: Definições e fronteiras. *Revista de Psicologia UNESP* 16: 18-26. Acedido em 21 de junho de 2023 em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v16n1/v16n1a02.pdf>
- Santos, A. B. dos. (2015). *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa.
- Silva, L. H. O. & Xavier, R. C. L. (2018). Pensando a Diáspora Atlântica. *Revista História São Paulo*, 37: 1-11. Acedido em 02 de julho de 2024, em: <https://historiasp.franca.unesp.br/alguns-vem-de-la-outros-de-ca-a-amazonia-no-traffic-interno-brasileiro-de-escravos-seculo-xix/>.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (2010). *Pode o subalterno falar?*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte. Editora UFMG.
- Williams, E. (2012). *Capitalismo e escravidão*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo. Companhia das Letras.